



COMO O ESTADO E A SOCIEDADE NO BRASIL SE COMBINAM PARA ETERNIZAR O SUBDESENVOLVIMENTO: Uma análise conjuntural na abordagem de Raymundo Faoro e de Jessé de Souza

Andreia Vanessa de Oliveira¹

Luiz Alexandre Gonçalves Cunha²

RESUMO: O presente ensaio traz à tona, de forma geral uma análise conjuntural das abordagens de Raymundo Faoro e de Jessé de Souza, que apesar de críticas, fundamentam-se em diferenças interpretativas do passado brasileiro. Com base em pesquisa bibliográfica, destes, entre outros autores, buscou discorrer sobre a temática Estado, sociedade e política no Brasil. A visão de Faoro consiste em primeiro lugar em identificar o agente nessa construção enigmática existente entre as classes que se articulam através do jogo de interesse político. Na abordagem de Souza, são apontadas as contradições existentes no Brasil e como as classes sociais são feitas de tolas, para prevalecer os injustos privilégios sociais. Busca-se através deste estudo identificar algumas singularidades que possam contribuir para o desenvolvimento da economia, da política e da sociedade brasileira.

Palavra Chave: Classes Sociais, Privilégios, Estado.

I INTRODUÇÃO

O presente artigo científico tem como principal problemática as seguintes questões: Por que o Brasil não conseguiu superar o subdesenvolvimento, apesar de apresentar condições para tal? Como o Estado e a sociedade brasileira, se combinam para promover o subdesenvolvimento? Neste sentido, levantam-se algumas questões sobre como o Brasil, sendo um país de riqueza capaz de promover o desenvolvimento econômico, não consegue se desenvolver trazendo algumas reflexões tratadas pelo sociólogo político Jessé de Souza em sua obra “A TOLICE DA INTELIGÊNCIA BRASILEIRA: Ou como o país se deixa manipular pela elite”, e o jurista Raymundo Faoro em sua obra “Os Donos do Poder”.

¹ Andreia Vanessa de Oliveira, graduada em Ciências Contábeis (UEPG), graduada em Direito (CESCAGE), Especialista (EMAP), aluna especial do Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas da (UEPG). E-mail: vanessaadvog@hotmail.com.

² Alexandre Gonçalves Cunha, graduado em Geografia pela UERJ, mestrado em História Econômica pela UFPR e doutorado em Ciências Sociais pela UFRRJ. E-mail: llagc2@yahoo.com.br

A importância do estudo justifica-se pela atual conjuntura social econômica. É importante trazer à baila os problemas do subdesenvolvimento atrelado à inserção desprivilegiada do capitalismo na sociedade. Observa-se que o tema em questão é tão atual quanto ao debate contemporâneo sobre globalização e inclusão das minorias. Neste sentido, aponta-se uma contradição de como o Brasil sendo um país de riqueza, capaz de promover o desenvolvimento econômico não consegue se desenvolver, conforme apontado por Faoro.

II DESENVOLVIMENTO

Deste modo, entender a formação política do Brasil, no ponto de vista histórico e conjuntural desses autores, possibilita questionar qual a forma de desenvolvimento seria possível nesse quadro e qual a possibilidade de construção de uma ordem democrática em um país de forte passado autoritário.

Importante trazer à baila os conceitos apresentados por Faoro (2000), um dos obstáculos ao desenvolvimento do Brasil, tais como a má distribuição de renda, a falta de criação de programas sociais e de intervenção estatal e organizações sociais na criação de políticas públicas.

Perante o exposto, de acordo com o mesmo autor pode-se dizer que, na era Vargas o Estado Social era visto como organização política, ou seja, agente de promoção social e organizador da economia, este fato foi tratado por Faoro, como decisivo para acelerar a recuperação do crescimento do país, buscando a emancipação da dependência externa, ocorrida no período colonial, por meio de incentivo da indústria de base e ao estímulo à produção industrial através de uma política vertical.

Ainda, para Faoro (2000), a formação do Brasil era peculiar não apenas por ter sido colônia, mas por ter sido colonizada por Portugal, no qual reinava um Estado patrimonial. “O patrimonialismo, cuja legitimidade assenta no tradicionalismo – assim é, porque sempre foi” (FAORO, 2000, p. 363).

Neste contexto, segundo os ensinamentos de Campante (2003), a dominação patrimonial tem sua legitimidade baseada em uma autoridade sacralizada por existir desde tempos antigos, longínquos. Seu arquétipo é a autoridade patriarcal.

Não obstante, denota-se uma questão trazida pelo sociólogo político Jessé de Souza, o que seria, então, o “desenvolvimento” fora do âmbito do desenvolvimento capitalista? A classe dominante insurgiu-se contra a organização da classe trabalhadora com ideologia implantada por Vargas no sentido de vincular o trabalhador ao Estado.

Importante salientar que segundo os ensinamentos de Souza (2015) o capitalismo é um sistema naturalmente mundial, que não reconhece no âmbito da política um limite para sua expansão.

Ainda, observa-se que os movimentos sociais entram na disputa política por modelos de desenvolvimento. A contribuição de Faoro para o estudo do desenvolvimento brasileiro é significativa.

Neste sentido, em sua obra “Os Donos do Poder”, escrita em 1950, o autor traz uma discussão teórica com base nos conceitos políticos de Max Weber abordados no período imperial e apresentando as conquistas de Portugal num contexto patrimonialista.

Segundo o entendimento de Faoro (2000, p. 11) “Os reis portugueses governaram o reino como a própria casa, não distinguindo o tesouro pessoal do patrimônio público”. Neste sentido, o poder era centralizado no caráter pessoal, sendo precursor do capitalismo em Portugal, conforme descrito:

O capitalismo cresce à sombra da casa real, faz-se apêndice do Estado. A economia racional, entregue às próprias leis, com a calculabilidade das operações, é frustrada no nascedouro. Esse **pecado original** da formação portuguesa ainda atua em suas influências, vivas e fortes, no Brasil do século XX. O capitalismo, tolhido em sua manifestação plena, desvirtua-se, vinculando-se à política. É o capitalismo político, que vai encontrar campo de expansão nos monopólios reais, nos arrendamentos de tributos, na venda de cargos, nos fornecimentos públicos, nos privilégios. O comércio e a indústria reduzem-se a alimentar as necessidades do Estado. (Grifo nosso, FAORO: 12).

Cumprido ressaltar que de acordo com a análise de Faoro, houve uma continuidade entre o reino de Portugal e o Estado Político do Brasil. Nesta esteira, parte-se de um ponto particular, delimitado pela abordagem da complexidade e com a finalidade de centrar a discussão no desenvolvimento econômico do Brasil, apontando a discussão de Faoro sobre o viés de políticas adotadas no Estado, como sendo uma continuidade hereditária.

No conceito de Castel (2005), o indivíduo é reconhecido por si mesmo, não dependendo de sua inscrição em grupos ou coletividade. “O ser humano é senhor de si mesmo e proprietário de sua própria pessoa e das ações e do trabalho desta mesma pessoa” (CASTEL 2005, p.18). Ainda, segundo o mesmo autor, à sociedade individualista de hoje, na qual se cria um estado de natureza, isto é, um estado sem lei, sem direito, sem constituição política e sem instituições sociais, exposto à concorrência desenfreada dos indivíduos entre si e à guerra de todos contra todos, configurando, uma sociedade de insegurança total.

Para Faoro (2000), a formação do Estado ocorreria de forma autônoma e independente, contrariando o conceito Marxista, nos quais o Estado foi organizado nos moldes da tradição patrimonial. Principalmente por fazer do poder político, do estamento burocrático, uma moeda de troca, os bens do governo em economia, o Estado patrimonial detém uma independência em relação às classes que governa, dominando com base na consideração ou na estima social que distribui e alimenta. Ainda, sobre os ensinamentos de Faoro (2000), “A escolha dos governantes e funcionários não atendia ao critério das capacidades, mas à afeição dos dirigentes. É o sistema de captar partidários ou recompensar dedicações com o emprego público”. (FAORO, 2000, p. 94).

Em sua obra “Os Donos do Poder”, Faoro (2000), no penúltimo capítulo nos apresenta possíveis soluções para subverter a lógica patrimonialista, ou seja, esta possibilidade estaria presente através de um grupo heterogêneo na sua formação, constituído pela classe média urbana e rural, de uma nova classe social, emergente do proletariado urbano, da pequena burguesia, dos proprietários e privilegiados por educação, além dos intelectuais sem propriedades e dos técnicos assalariados (FAORO, 2000, p. 257). Vale enfatizar que, nenhuma dessas classes estiveram presentes nas transformações efetuadas pela transação perpetuada ao longo da história do país. Importante refletir sobre as questões apontadas por Faoro: Será que nós, estamos nos organizando enquanto sociedade civil para acordar a sociedade adormecida pela dominação da elite que trabalha em função do “jogo político”, tão presente na sociedade contemporânea?

Oportuno citar que, autores mais recentes, entre eles Jessé Souza, tecem críticas sobre a teoria patrimonialista de Faoro. Souza (2017), afirma que essa interpretação possibilita uma visão de que o Estado brasileiro é o culpado pela

corrupção e o atraso brasileiro. Por outro lado, coloca o mercado como a esfera ilibada e avançada.

Neste íterim, passa-se a abordagem do autor Jessé José Freire de Souza que é sociólogo, professor universitário e pesquisador brasileiro, atua nas áreas de teoria social, pensamento social brasileiro e estudos teórico/empíricos sobre desigualdade e classes sociais no Brasil contemporâneo, em sua obra “A tolice da inteligência brasileira ou como o País se deixa manipular pela elite”.

De acordo com Souza (2015) apontou-se uma crítica ao ideário social brasileiro defendido por Raymundo Faoro, questionando qual o contexto e o objetivo do autor ao erigir e, difundir reflexões pseudocríticas pela qual a sociedade brasileira é retratada de forma artilosa, reproduzindo uma sistemática repetição das banalidades e axiomas do senso comum acarretado por preconceitos arraigado ao patrimonialismo vigente no controle do atual Estado brasileiro. E imprescindível apresentar esta exposição através dos ensinamentos de Souza (2015, p.90):

Nosso liberalismo hegemônico, na esfera pública, na grande imprensa conservador e, em boa parte do debate acadêmico é, certamente, uma das interpretações liberais mais mesquinhas, redutoras e superficiais que existe em escala planetária. Se fossemos completamente sinceros, teríamos de dizer que essa interpretação nada mais é, hoje em dia, que pura “violência simbólica”, sem nenhum aporte interpretativo efetivo e sem qualquer compromisso, seja com a verdade, seja com a dor e o sofrimento que ainda marcam, de modo insofismável, a maior parte da população brasileira (Souza, 2015, p. 90).

Ainda segundo o mesmo autor, apresentam-se as bases teórico-metodológicas apontadas, além disso, quais as perspectivas políticas, ideológicas e epistemológicas defendidas por Faoro no âmbito liberal conservador, no que diz respeito à formação e da organização da sociedade brasileira. A crítica de Souza (2015) ocorre no sentido de que nossas realidades antropológicas, institucionais e econômicas estão mesma altura de qualquer outra sociedade humana e/ou país – tanto em pontos positivos, quanto em negativos.

Souza centra suas reflexões exclusivamente economicista da dimensão simbólica do capitalismo e de que maneira essa abordagem se desdobra de forma inequívoca no cotidiano da humanidade em especial aos cidadãos brasileiros.

Para Bauman (2010), a desigualdade de acesso aos benefícios do capitalismo é dada pela fragmentação institucional, principalmente aqueles que não estão inseridos no mercado formal de trabalho e que, portanto, não estão vinculados

a nenhum sistema. Contudo, o capital não pode prescindir do Estado, senão vejamos:

A principal tarefa (e, portanto, a legitimação) do Estado capitalista é garantir que ambas as condições se cumpram. O Estado tem, portanto, duas coisas a fazer. Primeiro subvencionar o capital caso ele não tenha o dinheiro necessário para adquirir a força produtiva do trabalho. Segundo, garantir que valha a pena comprar o trabalho, isto é, que a mão de obra seja capaz de suportar o esforço do trabalho numa fábrica. Portanto ela deve ser forte, gozar de boa saúde, não estar desnutrida e ter treinamento necessário para as habilidades e os hábitos comportamentais indispensáveis ao ofício industrial. Estas são despesas que os aspirantes a empregadores capitalistas dificilmente poderiam enfrentar se tivesse de assumi-las, porque o custo de contratar trabalhadores se torna exorbitante (BAUMAN, 2010, p.28/29).

Na visão de Souza (2015), a abordagem economicista desenvolvida ao longo do tempo, naturaliza as deformações e injustiças sociais tão presentes no Brasil, estas instituições são perpetuadas nos discursos da elite dominante através dos governos.

Segundo o mesmo autor, há uma ideologia opressiva instalada na sociedade brasileira. Neste sentido, observa-se que é grande a capacidade de dominação ideológica, os debates científicos passam a ser colonizados em seus próprios conceitos, impedindo os pensadores e pesquisadores de perceberem as diferenças na estruturação dos argumentos sobre as análises e julgamentos do contexto social brasileiro. Essa ideologia influencia toda população com conceitos de ideias capitalistas.

III CONCLUSÃO

O presente artigo aborda uma reflexão sobre as questões: Por que o Brasil, não conseguiu superar o subdesenvolvimento, apesar de apresentar condições para tal? Como o Estado e a sociedade brasileira, se combinam para promover o subdesenvolvimento?

Para Faoro (2000), houve uma continuidade entre o reino de Portugal e o Estado Político do Brasil. Através de abordagem da complexidade, apontou a discussão sobre o viés de políticas adotadas no Estado, como sendo uma continuidade hereditária, considerando perspectivas políticas, ideológicas e

epistemológicas defendidas por Faoro no âmbito liberal conservador, no que diz respeito à formação e da organização da sociedade brasileira.

Souza (2015) enfatizou sua principal crítica no sentido de que a os indivíduos apresentam realidades antropológicas, institucionais e econômicas, assim, devem ser considerados n mesma altura de qualquer outra sociedade humana e/ou país - tanto em pontos positivos, quanto em negativos.

Nesse sentido, afirma-se que apesar de a Constituição Brasileira de 1988 ter aberto uma porta para o caminho das reformas democráticas e a efetivação dos direitos sociais estes direitos foram desconstruídos ao longo dos governos que sucederam a sua promulgação.

Por fim a obra do sociólogo Souza propiciou a compreensão crítica da composição da sociedade brasileira e, em igual medida, descreve e analisa os fundamentos históricos e conceituais da atual crise política nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

CAMPANTE, Rubens Goyatá. **O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 46, no 1, 2003, pp. 153 a 193.

CASTEL, R. **A insegurança social: o que é ser desprotegido?** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder**. 10ª ed. São Paulo: Globo: Publicafolha (Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro), 2000.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, J. **A tolice da inteligência brasileira ou como o país se deixa manipular pela elite.** São Paulo: LeYa, 2015.

SOUZA, M. **A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou:** sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio espacial. *Território*, n. 1, v1, p.5-22, 1996.